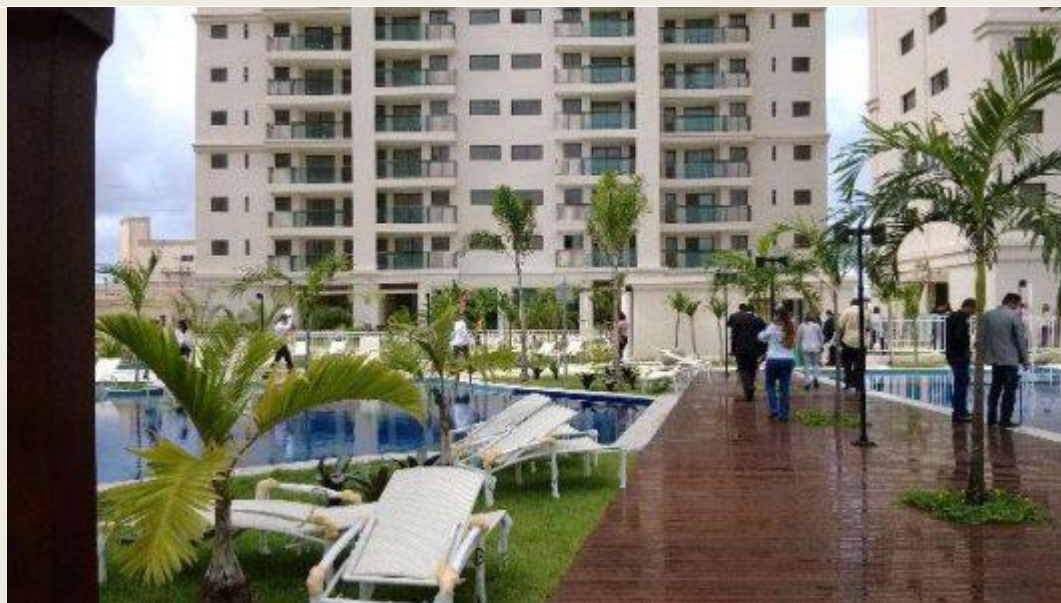


<b>ASSUNTO:</b>	<b>CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://www.jeisael.com/">http://www.jeisael.com/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

“Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo



da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM – relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>Presidente Othelino Neto recebe visita de cortesia de representantes da Fiema</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://luiscardoso.com.br/">http://luiscardoso.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

### Presidente Othelino Neto recebe visita de cortesia de representantes da Fiema

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta quarta-feira (28), a visita de cortesia de representantes da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema). Na ocasião, foi feito um convite para a realização de um encontro entre os deputados estaduais e a classe empresarial, para que sejam apresentados aos parlamentares a estrutura da Federação, o sistema indústria e os empresários do setor produtivo.



Participaram do encontro o vice-presidente da Fiema, Cláudio Azevedo; o analista de Relações Institucionais da Federação, Roberto Bastos; o deputado Vinicius Louro (PR); e o deputado estadual eleito Rildo Amaral (Solidariedade).

“Um prazer receber os representantes da Fiema, para continuarmos discutindo o Maranhão, esse novo momento pelo qual passamos, de quatro anos para cá e projetar o futuro do estado, ao mesmo tempo que vieram nos convidar para um momento na Fiema, para que ela possa apresentar um pouco dessa realidade da indústria do Maranhão”, afirmou o presidente Othelino Neto, que garantiu que estenderá o convite



aos deputados eleitos, para que todos tenham a oportunidade de conhecer mais detalhes sobre a economia do Maranhão.

O vice-presidente da Fiema ressaltou que o objetivo é estreitar as relações entre o setor empresarial e o Poder Legislativo, para que, juntos, possam discutir propostas para o desenvolvimento do Maranhão.

“Viemos convidar o presidente Othelino, no sentido que ele capitaneie um encontro da classe empresarial com os novos deputados eleitos. Seria na sede da Fiema, onde cada um terá a oportunidade de colocar o seu pensamento e o que esperam fazer no seu novo mandato. Estamos procurando aproximar o setor empresarial com o Legislativo do Maranhão”, destacou Cláudio Azevedo.



<b>ASSUNTO:</b>	<b>Rigo Teles é primeiro candidato eleito com prestação de contas aprovada</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://luiscardoso.com.br/">http://luiscardoso.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

Na manhã desta quarta-feira (28), o deputado estadual Rigo Teles, agradeceu aos votos pela sua reeleição e aguarda tomar posse em fevereiro de 2019.



O deputado aproveitou para destacar que foi o primeiro candidato, a ter a prestação de contas aprovada.

“Aprovada sem diligências, nossa prestação de contas da campanha/2018. Agora é esperar a diplomação e a posse em fevereiro/2019. Gratidão a todos que me confiaram mais este mandato. Desde o mais simples eleitor, como os prefeitos, vereadores e lideranças que abraçaram esta missão. Honrarei cada voto recebido!! Grato para sempre!!! Obrigado Deus ! Fui o primeiro dos candidatos eleitos que teve a prestação de contas aprovada.”

<b>ASSUNTO:</b>	<b>César Pires alerta que uso do Funben pode prejudicar servidores...</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://www.marcoareliodeca.com.br/">http://www.marcoareliodeca.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

César Pires alerta que uso do Funben pode prejudicar servidores...



O deputado César Pires alertou, da tribuna da Assembleia Legislativa, que o Governo do Estado poderá utilizar recursos do Fundo de Benefícios dos Servidores Estaduais (Funben) para tentar cobrir o rombo na Previdência estadual, prejudicando a assistência médica e hospitalar a que o funcionalismo tem direito.

Para o parlamentar, as propostas encaminhadas recentemente ao Legislativo comprovam a total incompetência do Executivo na gestão dos recursos que garantem assistência aos servidores.

Mostrando dados oficiais apresentados por técnicos da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), César Pires disse que, para garantir liquidez ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), o Executivo planeja utilizar recursos – R\$ 500 mil – do Funben, fundo que banca a assistência médica e hospitalar aos servidores estaduais. Além disso, o Governo do Estado pensa em vender para o Funben o Hospital do Servidor, em mais uma tentativa de recuperar o FEPA.

“É uma demonstração inequívoca de incompetência. O Hospital do Servidor por si só não se mantém, e se o Governo gastar os recursos do Funben os funcionários estaduais ficarão sem seu plano de saúde, além de já estarem com suas aposentadorias ameaçadas pelo uso indevido do FEPA”, enfatizou César Pires.

O deputado aproveitou para cobrar da direção do Instituto de Previdência (Iprev) os esclarecimentos que há duas semanas ele solicitou sobre a proposta de alienação de



bens – projetada em R\$ 502 milhões – que serviria para o pagamento de inativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado(TCE) e do Ministério Público. “Até agora não nos deram resposta, num completo descaso, desrespeito com esta Casa. E o mais grave é que o Executivo já incluiu na Lei Orçamentária Anual (LOA) uma correção de R\$ 500 milhões do Plano Plurianual (PPA) que sequer foi aprovada por esta Casa”, ressaltou.

César Pires concluiu afirmando que, ao negar esclarecimentos e desrespeitar a atuação dos deputados, o Executivo diminui o papel do Legislativo, com a permissão dos próprios parlamentares: “somos um cargo extinto a vagar, porque não debatemos este ano nada que fosse importante. E assim o governo vai cometendo uma sequência de erros. Já inviabilizaram o FEPA, e agora querem quebrar o Funben, numa incompetência irrefutável”.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>Com o apoio de Rafael Leitoa, Colégio Militar Tiradentes V ganha 8 novas turmas para o Ensino Fundamental</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://www.marcoareliodeca.com.br/">http://www.marcoareliodeca.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

Inscrições para novos alunos iniciam no próximo dia 3 de dezembro; aulas começarão em 2019, em parceria com a Secretaria de Educação de Timon



O Colégio Militar Tiradentes V, uma das maiores conquistas do mandato do deputado Rafael Leitoa para a educação, sociedade e jovens timonenses, ganhou na tarde desta quarta-feira (28), 8 novas turmas para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, divididas entre os turnos matutino e vespertino.

As aulas terão início em 2019 e acontecerão em regime de parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Timon.

Em reunião ocorrida no Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão com a participação do Diretor Geral do Colégio Militar Tiradentes V, Tenente Coronel Sousa e do deputado Rafael Leitoa, o Coronel Luongo, Comandante Geral da Polícia Militar, assinou a Portaria 91/2018 – CGC, autorizando a criação das novas turmas. Com isto, o início das inscrições para o processo seletivo será na próxima segunda-feira, dia 3 de dezembro, com previsão das provas para o dia 16.

Segundo Rafael Leitoa, é importante agradecer ao Governo do Maranhão, ao Comando da Polícia Militar, ao Tenente Coronel Sousa, pelo importante trabalho à frente do CMT





V, à Secretaria Municipal de Educação de Timon, que será responsável por essa etapa de ensino, já que é de responsabilidade do município.

“Estamos felizes por mais esta vitória para nosso Colégio Militar. Uma luta que se iniciou há pouco mais de dois anos, é um orgulho para a cidade e exemplo na educação da região. Temos jovens focados em aprender e isto é o que realmente importa. Como idealizadores deste Colégio, sempre seremos defensores e acompanharemos de perto todos os passos da escola”, afirmou Rafael Leitoa.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>César Pires alerta que uso de recursos do FUNBEN pode prejudicar servidores estaduais</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://www.blogsoestado.com/danielmatos/">http://www.blogsoestado.com/danielmatos/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

César Pires alerta que uso de recursos do FUNBEN pode prejudicar servidores estaduais



César Pires cobrou da direção do Iprev os esclarecimentos que solicitou sobre a proposta de alienação de bens – projetada em R\$ 502 milhões – que serviria para o pagamento de inativos da Assembleia, do TCE e do MP

O deputado César Pires alertou, da tribuna da Assembleia Legislativa, que o Governo do Estado poderá utilizar recursos do Fundo de Benefícios dos Servidores Estaduais (FUNBEN) para tentar cobrir o rombo na Previdência estadual, prejudicando a assistência médica e hospitalar a que o funcionalismo tem direito. Para o parlamentar, as propostas encaminhadas recentemente ao Legislativo comprovam a total incompetência do Executivo na gestão dos recursos que garantem assistência aos servidores.

Mostrando dados oficiais apresentados por técnicos da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), César Pires disse que, para garantir liquidez ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), o Executivo planeja utilizar recursos – R\$ 500 mil – do FUNBEN, fundo que banca a assistência médica e hospitalar aos servidores estaduais. Além disso, o Governo do Estado pensa em vender para o Funben o Hospital do Servidor, em mais uma tentativa de recuperar o FEPA.



“É uma demonstração inequívoca de incompetência. O Hospital do Servidor por si só não se mantém, e se o Governo gastar os recursos do Funben os funcionários estaduais ficarão sem seu plano de saúde, além de já estarem com suas aposentadorias ameaçadas pelo uso indevido do FEPA”, enfatizou César Pires.

O deputado aproveitou para cobrar da direção do Instituto de Previdência (Iprev) os esclarecimentos que há duas semanas ele solicitou sobre a proposta de alienação de bens – projetada em R\$ 502 milhões – que serviria para o pagamento de inativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério Público. “Até agora não nos deram resposta, num completo descaso, desrespeito com esta Casa. E o mais grave é que o Executivo já incluiu na Lei Orçamentária Anual (LOA) uma correção de R\$ 500 milhões do Plano Plurianual (PPA) que sequer foi aprovada por esta Casa”, ressaltou.

César Pires concluiu afirmando que, ao negar esclarecimentos e desrespeitar a atuação dos deputados, o Executivo diminuiu o papel do Legislativo, com a permissão dos próprios parlamentares: “somos um cargo extinto a vagar, porque não debatemos este ano nada que fosse importante. E assim o governo vai cometendo uma sequência de erros. Já inviabilizaram o FEPA, e agora querem quebrar o FUNBEN, numa incompetência irrefutável”.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>Cafeteira rebate críticas da oposição e diz que gestão do FEPA é responsável</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://www.blogjorgevieira.com/">http://www.blogjorgevieira.com/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

Cafeteira rebate críticas da oposição e diz que gestão do FEPA é responsável



O líder do governo na Assembleia, deputado Rogério Cafeteira (DEM), negou que o Governo do Estado tenha retirado recursos do Fundo de Previdência dos Aposentados e Pensionistas do Maranhão para outras finalidades que não sejam da previdência estadual. O deputado destacou que, legalmente, o governo não tem essa prerrogativa. Cafeteira se manifestou em meio a acalorado debate, na sessão desta quarta-feira (28), sobre o Fepa.

O parlamentar explicou que existem duas categorias de aposentados: os que se aposentaram até 1995, que recebem pagamento custeado exclusivamente pelo Tesouro Estadual; e os dos servidores que se aposentaram a partir de janeiro 1996, que são pagos pelo FEPA, numa composição que integra contribuição patronal e contribuição dos funcionários ativos, além de, também, receitas provenientes de aplicações financeiras e imobiliárias do Fundo.



RELATÓRIOS – O líder governista destacou que o Governo tem feito administração responsável dos recursos e que existiam levantamentos, desde 2011, que apontavam que o FEPA teria capacidade de atender a todos somente até o ano de 2017.

“A verdade é uma só: o sistema de Previdência, hoje em vigência no país, está falido. Não é uma exclusividade do Maranhão, é uma problemática de todos os Estados e, principalmente, da União. O modelo que está aí não se sustenta, porque foi fundamentado em parâmetros que mudaram”, ressaltou o deputado. Cafeteira explicou, ainda, que os resgates nas aplicações foram feitos exclusivamente para pagamento de inativos.



<b>ASSUNTO:</b>	<b>Sancionado projeto de Neto Evangelista que institui o Dia da Missão Calebe</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://www.blogjorgevieira.com/">http://www.blogjorgevieira.com/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

Sancionado projeto de Neto Evangelista que institui o Dia da Missão Calebe



Deputado estadual Neto Evangelista, autor da Lei

O deputado estadual Neto Evangelista (DEM) comemora a sanção governamental da Lei 10.948, de 19 de novembro de 2018, de sua autoria, que institui o Dia Estadual da Missão Calebe.

A partir de agora, a data comemorativa do “Dia da Missão Calebe” será celebrada, anualmente, no último sábado do mês de julho e passará a integrar o Calendário Oficial do Estado do Maranhão. Fica, ainda, priorizado para uso, o espaço público para comemoração.

De iniciativa da Juventude Adventista em toda América Latina do Sul, o projeto Missão Calebe consiste em um programa voluntário, serviço social e testemunho, que desafia os jovens adventistas, com idade mínima de 18 anos, a dedicarem suas férias ao evangelismo em lugares onde há presença adventista, para fortalecer as congregações pequenas e conquistar mais pessoas para o reino de Deus.



Para o parlamentar, a missão Calebe, além de beneficiar outras pessoas, acaba facultando benefícios aos próprios jovens que executam essas ações. “Pois o exercício de fazer o bem livra muitos adolescentes do caminho obscuro das drogas e da criminalidade”, justificou Neto Evangelista.

No Maranhão, há aproximadamente 30 mil jovens voluntários da Missão Calebe, que realizam as atividades por distritos missionários. Além de levar orientação sobre a palavra de Deus, eles se dedicam a atividades como limpeza de calçadas, restauração de lugares históricos, plantio de árvores e jardins e colocação de coletores de lixo nas ruas.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://silviatereza.com.br/">http://silviatereza.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis



Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.



“Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM – relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

ASSUNTO:	César Pires alerta: Funben pode ser usado para cobrir rombo do Fepa
SITE:	<a href="http://gilbertoleda.com.br/">http://gilbertoleda.com.br/</a>
EDITORIA:	POLÍTICA
DATA:	29/11/2018

César Pires alerta: Funben pode ser usado para cobrir rombo do Fepa



O deputado César Pires (PV) alertou ontem (28), da tribuna da Assembleia Legislativa, que o Governo do Estado poderá utilizar recursos do Fundo de Benefícios dos Servidores Estaduais (Funben) para tentar cobrir o rombo na Previdência estadual, prejudicando a assistência médica e hospitalar a que o funcionalismo tem direito. Para o parlamentar, as propostas encaminhadas recentemente ao Legislativo comprovam a total incompetência do Executivo na gestão dos recursos que garantem assistência aos servidores.

Mostrando dados oficiais apresentados por técnicos da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), César disse que, para garantir liquidez ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa), o Executivo planeja utilizar R\$ 500 mil do Funben, fundo que banca a assistência médica e hospitalar aos servidores estaduais. Além disso, o





Governo do Estado pensa em vender para o Funben o Hospital do Servidor, em mais uma tentativa de recuperar a Previdência.

“É uma demonstração inequívoca de incompetência. O Hospital do Servidor por si só não se mantém, e se o Governo gastar os recursos do Funben os funcionários estaduais ficarão sem seu plano de saúde, além de já estarem com suas aposentadorias ameaçadas pelo uso indevido do FEPA”, enfatizou César Pires.

### **Iprev**

O debate sobre o rombo da Previdência estadual dominou os debates na manhã de ontem. A oposição ainda tenta aprovar um requerimento de autoria do deputado Eduardo Braide (PMN) convidando o presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev), Joel Fernando Benin, a prestar esclarecimentos à Assembleia sobre o assunto.

“Precisamos saber qual é a política estadual do atual governo para a garantia do pagamento das pensões e aposentadorias dos servidores”, ressaltou Braide, lembrando dos remanejamentos de recursos orçamentários do Fepa, ainda em 2017, para o programa Mais Asfalto (**saiba mais [aqui](#) e [aqui](#)**).

“A falta de responsabilidade com o Fepa começou desde o remanejamento orçamentário por decretos. Esses recursos deveriam ficar guardados para um momento de crise e para a garantia atuarial do regime de Previdência”, disse.

O deputado Max Barros também reforçou as preocupações oposicionistas. “Imaginem o risco que correm pessoas que passaram a vida toda trabalhando pra o Estado e, num futuro próximo, não ter mais recursos para sobreviver”, alertou.

Segundo o líder do governo, Rogério Cafeteira (DEM), no entanto, não é verdade que orçamento da Previdência foi remanejado para a Infraestrutura.

“É uma inverdade o que tem sido divulgado, que o Governo do Estado tirou recursos do Fepa para investir em asfalto ou no que quer que seja. Todos fizeram remanejamento da parte orçamentária, porque é uma prerrogativa do governador e nenhuma ilegalidade foi cometida”, declarou.

Para ele, há “um viés político na tentativa de desgastar o governo”.

“O Fepa está sendo utilizado para a finalidade a que ele foi criado, que é o pagamento de pensões e aposentadorias”, finalizou.

### **Esclarecimentos**



O deputado César Pires também voltou a cobrar da direção do Iprev os esclarecimentos que há duas semanas solicitou sobre a proposta de alienação de bens – projetada em R\$ 502 milhões – que serviria para o pagamento de inativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério Público.

“Até agora não nos deram resposta, num completo descaso, desrespeito com esta Casa. E o mais grave é que o Executivo já incluiu na Lei Orçamentária Anual (LOA) uma correção de R\$ 500 milhões do Plano Plurianual (PPA) que sequer foi aprovada por esta Casa”, ressaltou.

E concluiu afirmando que, ao negar esclarecimentos e desrespeitar a atuação dos deputados, o Executivo diminui o papel do Legislativo.

“Somos um cargo extinto a vagar, porque não debatemos este ano nada que fosse importante. E assim o governo vai cometendo uma sequência de erros. Já inviabilizaram o FEPA, e agora querem quebrar o Funben, numa incompetência irrefutável”.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>PT: Em reunião da CBN/Nordeste, Zé Inácio defende adiamento do PED/2019</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://blogdorobertlobato.com.br/">http://blogdorobertlobato.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

A proposta de Zé Inácio tem uma lógica política e partidária, qual seja a de construir as bases para a unidade petista necessária para o enfrentamento das lutas que se aproximam sob o governo Bolsonaro.



Em reunião da corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), a maior força interna do PT, o deputado estadual Zé Inácio defendeu o adiamento do Processo de Eleição Direta do PT (PED/PT) previsto para acontecer no segundo semestre de 2019 em todo o país. O encontro da tendência teve início nesta quarta-feira, 28, na sede da CUT, em Brasília.

A proposta do parlamentar maranhense foi acatada pela Coordenação da CNB/Nordeste, em uma espécie de pré-reunião regional, e vai ser apresentada na reunião desta quinta-feira da CNB/Nacional, com a presença de representantes da corrente de todas as regiões do Brasil.

Na avaliação de Zé Inácio, exposta para as lideranças petistas do Nordeste, “o PT acertou na política de alianças no Nordeste haja vista o resultado eleitoral bastante satisfatório tanto para a Câmara Federal, Senado e principalmente para o Haddad, que venceu em todos os estados nordestinos no segundo turno”. E complementou afirmando que “esse cenário que saiu das urnas no Nordeste obriga o partido a repensar a realização do PED

em 2019, sendo mais razoável adiar o processo em nome da unidade partidária e consequente do fortalecimento do PT”.

### Unidade também no Maranhão



Zé Inácio é eleito para a Coordenação da CBN/Nordeste.

A proposta de Zé Inácio tem uma lógica política e partidária, qual seja a de construir as bases para a unidade petista necessária para o enfrentamento das lutas que se aproximam sob o governo Bolsonaro.

Outro aspecto importante da “Proposta Zé Inácio”, digamos assim, é sinalização positiva para a questão local, já que ao defender o adiamento do PED 2019 o deputado abre mão de disputar a presidência do PT no Maranhão, atualmente comandada por Augusto Lobato que pertence a outro campo político.

O fato é que Zé Inácio foi feliz na sua proposição, tanto que recebeu muitos elogios das lideranças da CNB/Nordeste, além de ser indicado para integrar a Coordenação Regional da tendência.

Agora é aguardar como a CNB/Nacional receberá a “Proposta Zé Inácio” na reunião desta quinta-feira.

Caso seja aprovada também pelo comando nacional da corrente, o passo seguinte é trabalhar no convencimento dos membros do Diretório Nacional do PT.

É aguardar e conferir.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>Sancionado projeto de Neto Evangelista que institui o Dia da Missão Calebe</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://blogdorobertlobato.com.br/">http://blogdorobertlobato.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

Sancionado projeto de Neto Evangelista que institui o Dia da Missão Calebe



O deputado estadual Neto Evangelista (DEM) destacou a sanção da Lei 10.948, de 19 de novembro de 2018, fruto de um projeto de lei, de sua autoria, que institui o Dia Estadual da Missão Calebe.

A partir de agora, a data comemorativa do “Dia da Missão Calebe” será celebrada, anualmente, no último sábado do mês de julho e passará a integrar o Calendário Oficial do Estado do Maranhão. Fica, ainda, priorizado para uso, o espaço público para comemoração.

De iniciativa da Juventude Adventista em toda América Latina do Sul, o projeto Missão Calebe consiste em um programa voluntário, serviço social e testemunho, que desafia os jovens adventistas, com idade mínima de 18 anos, a dedicarem suas férias ao evangelismo em lugares onde há presença adventista, para fortalecer as congregações pequenas e conquistar mais pessoas para o reino de Deus.

Para o parlamentar, a missão Calebe, além de beneficiar outras pessoas, acaba facultando benefícios aos próprios jovens que executam essas ações. “Pois o exercício





de fazer o bem livra muitos adolescentes do caminho obscuro das drogas e da criminalidade”, justificou Neto Evangelista.

No Maranhão, há aproximadamente 30 mil jovens voluntários da Missão Calebe, que realizam as atividades por distritos missionários. Além de levar orientação sobre a palavra de Deus, eles se dedicam a atividades como limpeza de calçadas, restauração de lugares históricos, plantio de árvores e jardins e colocação de coletores de lixo nas ruas.

<b>ASSUNTO:</b>	<b>Ponto &amp; Contraponto</b>
<b>SITE:</b>	<a href="http://reportertempo.com.br/">http://reportertempo.com.br/</a>
<b>EDITORIA:</b>	<b>POLÍTICA</b>
<b>DATA:</b>	<b>29/11/2018</b>

Tragédia criminosa que atingiu Bacabal deixou João Alberto indignado



João Alberto acompanha o drama de Bacabal pelos relatos dos deputados Roberto Costa e João Marcelo em reuniões com o prefeito Edvan Brandão e o secretário Jefferson Portela

A transformação de Bacabal em praça de guerra por assaltantes de banco, numa ação que resultou em quatro mortes – um inocente e três bandidos – e na fuga do bando com provavelmente R\$ 100 milhões, e muitas outras consequências, deixou indignado o senador João Alberto (MDB), reconhecido por todos como uma espécie de patrono da cidade, independentemente das diferenças políticas que movem o município. A ação da polícia foi eficiente e até elogiada, mas o fato trágico faz lembrar que em 1990, quando governou o Maranhão, João Alberto transformou-se numa espécie de pesadelo da bandidagem, implacável que foi contra ela. Naquele momento, as facções do Rio de Janeiro começaram a brigar entre si e alguns bandos resolveram atuar o Nordeste. Ao chegarem ao Maranhão, encontraram pela frente um Governo determinado a varrê-las do mapa. A ação policial naquele momento foi tão dura que Imperatriz, onde bandidos circulavam à luz do dia, tornou-se o epicentro da famosa Operação Tigre, que tirou de circulação e mandou embora as várias quadrilhas que atuavam na região e no resto do estado. O senador certamente deve ter lamentado não estar no comando do Governo nesse momento. O ex-governador acompanhou o drama bacabalense pelos relatos do deputado federal João Marcelo (MDB), seu filho, e do deputado estadual Roberto Costa, que juntamente com o prefeito eleito Edvan Brandão, acompanharam de perto as ações do secretário de Segurança, Jefferson Portela.